

**Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Diocese Meridional
Comissão de Arquitetura e Arte Eclesiástica**

Construir ou Reformar?

Oportunidades e desafios na construção
de um espaço litúrgico
Algumas notas, sugestões e guias a serem
levados em conta.

Revdo. Pe Enrique Illarze, oasb

Porto Alegre
2010

Índice

Índice.....	2
Construir ou Reformar?.....	3
INTRODUÇÃO.....	3
I - O ESPAÇO LITURGICO.....	4
II - RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E FÉ.....	4
IV - ESCUTAR A VOZ DA COMUNIDADE.....	6
V ELEMENTOS A SER TIDOS EM CONTA NO PLANEJAMENTO.....	7
V.2 CONSTRUÇÃO OU REFORMA.....	8
V.3 OUTROS ELEMENTOS IMPORTANTES.....	8
VI.- QUAL A DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA Á COMISSÃO DE ARQUITETURA.....	8
VI.1 Propostas de realização ou mudanças no interior dos templos.....	10
VII.- COMEÇAM OS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO.....	11
VII.2 NO CASO DE TER QUE SUSPENDER AS OBRAS.....	14
VIII.- FIM DAS OBRAS.....	15
IX.- GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO.....	15
ANEXO I.....	16
DEPENDÊNCIAS ANCILARES DO TEMPLO.....	16
ANEXO II- OUTRAS QUESTÕES NA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO TEMPLO.....	20
Paisagismo.-.....	20
Conforto Térmico.-.....	20
Iluminação.-.....	21
ANEXO III – ALGUNS CUIDADOS EM AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS.....	22
Que se deve exigir do vendedor, seja ele pessoa física ou jurídica?.....	23
PARA ENCERRAR.....	23
BIBLIOGRAFIAS UTILIZADAS E REFERENCIAIS.....	24

Construir ou Reformar?

Oportunidades e Desafios na construção de um espaço litúrgico...

Algumas notas, sugestões e guias a serem levadas em conta.

INTRODUÇÃO

A Comissão Diocesana de Arquitetura e Arte Eclesiástica está trabalhando para poder oferecer às comunidades diocesanas um melhor e maior serviço na área de sua competência. O presente texto é parte desse esforço.

Uma idéia básica neste texto é a de que o templo material é uma epifania da Igreja, mistério de partilha e comunidade, reunião do povo de Deus, corpo de Cristo e moradia do Espírito Santo. Pode-se compreender então, por que é tão importante informar e formar as comunidades para que seus templos possam realmente refletir esse entendimento básico.

O material tenta também ajudar aos profissionais da área em sua prática projectual e aos eclesianos na definição de suas necessidades. A arqta. Regina Celi A. Machado, de grande e longa experiência na construção e reforma de templos, coloca: “ A construção ou reforma de uma igreja de tijolos possibilita a construção paralela de uma Igreja gente, uma comunidade de irmãos que se ajudam, são solidários, fraternos, que vivem na prática a comunhão, colocando em comum bens, serviços e dons, vivendo os valores do Evangelho. A construção ou reforma de uma igreja é oportunidade privilegiada para se crescer na fé. Para isso o processo tem que ser *comunitário, democrático e participativo*. E deve se apoiar sobre conhecimentos *teológicos e litúrgicos, pastorais e técnicos*. E não sobre palpites.” (Encontro Nacional - Brasília, 14/08/2009).

I - O ESPAÇO LITURGICO

O templo é, antes de mais nada, um espaço para se reunir e celebrar, e não uma gaiola onde encerrar a divindade. O templo deve se adaptar ao que nós queremos fazer, a nosso jeito de adorar e às ações rituais que nele desenvolvemos, e não o inverso, e deve potencializar as expressões de qualquer celebração litúrgica nele celebrada.

Por isso, o espaço deve estar bem distribuído, ter boa acústica, boa visibilidade, boa iluminação e ventilação, e bem diferenciados os lugares dos diferentes ministérios exercidos pela comunidade durante as celebrações.

O centro da atenção não é a cruz nem o ambão nem o sacrário. É o altar, local concreto da ceia eucarística. Acompanhando esse foco, encontram-se o ambão (estante desde o qual se proclama a Palavra de Deus) ou mesa da Palavra (ou também o ambo) e a cadeira da Presidência da celebração. Em torno desses três pólos encontra-se a Comunidade reunida, comunhão de cristãos, “corpo” feito de muitos membros. O espaço arquitetônico e sua disposição ajuda (ou dificulta) o diálogo entre Deus e seu Povo.

II - RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E FÉ.

Qual o objetivo da arquitetura na construção dos espaços comunitários de fé? Entendemos que podem ser apontados dois grandes eixos:

- **FUNCIONALIDADE:** no sentido de que espaços, formas, luz, cores e som possam servir de forma plena à liturgia.
- **MISTAGOGIA (inserção no “mistério” divino):** no sentido de fazer que os elementos precedentes se convertam em instrumentos ou caminhos para conduzir o crente para dentro do mistério divino.

Por isso, antes de pensar no espaço, é necessário pensar na liturgia, já que:

*Na liturgia somos a voz de Deus através das leituras e homilias
Na liturgia conversamos com Deus nas orações e meditações
Na liturgia falamos e tocamos uns aos outros na acolhida, no abraço
da paz e na comunhão.*

III - ELEMENTOS TEOLÓGICOS DO ESPAÇO LITURGICO.-

O TEMPLO, lugar onde o Povo de Deus se congrega para nutrir-se com a Palavra de Deus e com os Sacramentos, orar de forma comunitária, celebrar a Eucaristia e outras ações sagradas, e responder ao chamado de Deus, é um lugar que se destina exclusivamente para tal fim, por meio de um ritual especial chamado de “Dedicação” e que é parte também de nossa tradição anglicana.

Para que isso aconteça alguns princípios devem-se levar em conta:

- a) CRISTOCENTRISMO: do templo como um todo. Não é erigido para glória do ser humano, mas como um lugar de encontro e diálogo com Ele.
- b) PARTICIPAÇÃO : a comunidade deve poder participar de forma total, consciente e ativa de todas as celebrações litúrgicas.
- c) CENTRALIDADE DO ALTAR: a partir do qual é pensado o espaço litúrgico, já que ele é o ponto focal do mesmo.
- d) DIMENSÃO HUMANA DO ESPAÇO: que deve poder harmonizar a corporeidade e a espiritualidade dos seres humanos que farão uso dele, que convide tanto ao recolhimento como à partilha, à interioridade e às expressões dos sentimentos humanos.
- e) QUE POSSA LEVAR A UM ENCONTRO COM O MISTÉRIO DE CRISTO: através da expressividade simbólica que conduza para o Transcendente, tal como ele se expressa em Jesus, o Cristo.
- f) SIMPLICIDADE, DIGNIDADE E NOBREZA :dos matérias usados na ambientação e na decoração.
- g) NECESSIDADE DE ESPAÇOS LIMINARES: que sirvam de lugares de transição entre o espaço exterior e o espaço sagrado (átrio), mas também que possam ser lugar de encontro e confraternização e encontro, assim como de avisos e informações várias.
- h) ACESSIBILIDADE: evitando escadarias, portas estreitas de mais ou projeção de uma imagem externa de afastamento ou rejeição. A

ambientação deve ser ACOLHEDORA. As áreas de circulação para circulação devem ser boas e amplas

- i) REFERENCIAL NO BAIRRO OU CIDADE: não se trata de ostentação, mas que possa ser um claro testemunho da presença da Igreja no lugar (cruz, campanário, torre, placa identificadora...)
- j) SALAS AUXILIARES: o templo não se limita à nave e o presbitério, mas inclui também os locais auxiliares: sacristia, banheiros, secretaria, locais de reuniões.
- k) CONFORTO: especialmente nos bancos e cadeiras (mas não em excesso), isolamento adequado de excessos de frio e de calor

IV - ESCUTAR A VOZ DA COMUNIDADE

O projeto envolve muitas pessoas. Os membros da Junta Paroquial ou Conselho de Missão, o Pároco, o Profissional, e por ACIMA DE TUDO à família paroquial como um todo, de forma que todos possam se expressar e participar, em diferentes formas, da elaboração do projeto e se sintam co-participantes, porque puderam colocar seus interesses e objetivos. Várias reuniões devem ser programadas, entre todos os interessados, a efeitos de esclarecer, explicar e trocar informações.

Nesse sentido, algumas perguntas (mais outras que haverão de surgir), podem ajudar na preparação das reuniões:

Que se deseja construir (capela, igreja, salão multiuso...)?

Para quantas pessoas? – Como será o ambiente para as celebrações?

Haverá Sala para Escola Dominical? E os Sanitários, lembrando aos portadores de necessidades especiais? E a Secretaria, haverá ou não?

Qual o mobiliário adequado para esses ambientes? Uma “kitchenette”? Fraldário? Uma sala para depósito?

É importante que os usuários, ou seja, os eclesianos, saibam e expressem suas necessidades, repassando ao Profissional o maior numero possível de informações, pois ele, para poder fazer um bom projeto arquitetônico precisa conhecer o forma em que essa comunidade concreta entende e pratica sua forma de “ser” Igreja.

A comunidade não deve entregar nas mãos do profissional (arquiteto ou engenheiro civil) a idealização total do projeto, pois eles, muitas vezes não possuem formação na área de concepção do espaço litúrgico. É preciso uma cooperação entre a comunidade, o pároco, e o profissional para interpretar, da melhor forma possível as necessidades da comunidade e poder assim criar um espaço que compatibilize saber profissional, necessidades práticas e teologia litúrgica.

V ELEMENTOS A SER TIDOS EM CONTA NO PLANEJAMENTO

V.1.- O LUGAR DA EDIFICAÇÃO.-

O PROJETO DO ESPAÇO LITURGICO

Todo trabalho (construção, reforma, demolição, ampliação ou alterações sérias , internas ou externas) no espaço litúrgico DEVE ter como base um PROJETO, que respeite os Cânones da Igreja, a legislação municipal e estadual e as normas técnicas e para isso precisa-se consultar com um PROFISSIONAL da área, devidamente habilitado. Isso evitará maiores despesas no futuro.

Um arquiteto ou engenheiro civil teria que ser consultado para verificar a viabilidade do lote, especialmente sua topografia, insolação, ventilação, características geológicas do terreno e/ou matérias mais adequados a cada função existente no local, etc.

Deve-se ter muito cuidado com os documentos referidos à titulação do imóvel. Por tanto, a consulta ao Registro de Imóveis, à Prefeitura Municipal e aos Arquivos Diocesanos é de praxe. A Prefeitura é quem normalmente estabelece os critérios normativos (o Código de Edificações em POA – LC 284 de 27/10/92 e suas complementares) que tem a ver com volumetria, recuos de jardim e viário, conformidade de uso, índice de aproveitamento, estabelecimento das áreas verdes, urbanizadas, de ocupação, manter a documentação dos imóveis sempre atualizados.

V.2 CONSTRUÇÃO OU REFORMA

SEMPRE tem que ser seguida a legislação civil, tanto a nível municipal, estadual e nacional. É a primeira coisa a ser lembrada. Obras clandestinas só produzem grandes dores de cabeça e até prejuízos econômicos, que recairão finalmente na Diocese, que é a responsável final.

V.3 OUTROS ELEMENTOS IMPORTANTES

+ Os projetos estruturais, de instalações elétricas, hidro-sanitárias, telefonia, sonorização, paisagismo, proteções contra incêndios. Em todos eles devem intervir os profissionais habilitados e quando for necessário, deverão ser apresentados aos órgãos públicos para sua devida aprovação.

+ Deverá existir um material escrito (memorial descritivo), onde fiquem registradas as especificações de materiais, as técnicas de construção e os equipamentos que serão utilizados.

+ Os CUSTOS: não por óbvios, podem ser deixados de lado, e o profissional habilitado deve fazer um estimativo, já que o ORÇAMENTO FINAL só sairá quando todos os projetos estejam feitos. Muitas coisas (qualidade dos materiais, execução ou não de certas partes, podem ver-se afetadas pela disponibilidade (ou não, dos recursos). Também é de prever a possibilidade da construção em várias etapas, já que é muito difícil que a comunidade (paróquia/missão) tenha todo o dinheiro para fazer de uma só vez a obra.

VI.- QUAL A DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA À COMISSÃO DE ARQUITETURA

“O Presidente do Concílio nomeia anualmente um membro do clero e dois membros do laicato, para constituírem com o Bispo, a Comissão de Arquitetura e Arte Eclesiástica, à qual compete opinar sobre os Projetos de Templos e outras propriedades da Diocese, em caráter consultivo, submetendo-os à aprovação do Conselho Diocesano”.

“Devem ser submetidos a esta Comissão todos os Projetos e Orçamentos de construções de prédios da Diocese. Todo e qualquer projeto deve ser acompanhado de desenhos, plantas e

informações detalhadas do que se pretende fazer. Sendo que em todos os casos, devem existir acessos e demais instalações que permitam a participação de pessoas portadoras de deficiência física, pessoas idosas e gestantes”.

“Enquanto a Comissão não opinar, por escrito, sobre os projetos e orçamentos de construção ou demolição de propriedades em geral, e o Conselho Diocesano não tiver dado autorização, também por escrito, as respectivas obras não podem ser iniciadas ou continuadas. A Comissão deve se pronunciar, no máximo, dentro de 30 dias da data em que lhe for entregue o projeto”

(Cânon 10 dos Cânones Diocesanos: texto parcial)

Os Cânones Diocesanos não especificam muito, e isso tem ocasionado problemas no estudo de projetos arquitetônicos de comunidades.

Os seguintes itens têm por finalidade esclarecer e evitar perdas de tempo por impossibilidade da Comissão de elaborar parecer técnico.

Os Cânones falam simplesmente de “ desenhos, plantas e informações detalhadas.”

Quais são eles?

As usuais, e que todo profissional da área sabe que deve elaborar, são:

- + memorial descritivo
- + planta de situação – escala 1:1000
- + planta de localização – escala 1:200 ou 1:250
- + planta baixa de cada pavimento – escala 1:50 ou 1:100
- + planta de cobertura – escala 1:50 ou 1:100
- + fachada principal e lateral – escala 1:50 ou 1:100
- + cortes (longitudinal e transversal) – escala 1:50 ou 1:100
- + Projetos Complementares detalhando informações sobre estrutura, mapa eletricidade, mapa hidro-sanitários e sonorização.

Os selos das plantas e do memorial devem conter os seguintes dados:

- Proprietário: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese Meridional.
- Nome da Paróquia ou Missão – Endereço

- Tipologia: templo, capela, salão.etc.
- Natureza da obra ou serviço: obra nova, restauração, reforma, com ou -- sem aumento de área, demolição.
- Área a ser construída, reformada, ampliada ou demolida.
- Nome, assinatura e numero de registro no CREA do responsável técnico
- Nome a assinatura do Pároco e do Custódio do Patrimônio (ou 1º. Guardião, se não houver Custódio do Patrimônio).

TODAS estas informações são a forma usual de trabalho de arquitetos e engenheiros, pelo que não está-se pedindo nada além do trabalho profissional usual nestes casos.

VI.1 Propostas de realização ou mudanças no interior dos templos

As propostas do presbitério e seu mobiliário, assim como da nave, devem estar bem definidas em layout, posicionando a mesa eucarística (altar), o sacrário (se houver), a credencia, o ambão, as cadeiras da presidência e dos demais ministros, a cruz processional, a pia batismal, o estante auxiliar (se houver), o lugar para o coral (se houver), a disposição dos bancos ou cadeiras para a comunidade no espaço da nave, e finalmente o átrio do templo.

Sempre devem haver as dimensões dos móveis e os desenhos frontais e laterais dos mesmos, assim como especificar o tipo de material que se quer utilizar.

Os desenhos devem respeitar as proporções dos elementos representados, de forma de dar uma idéia correta do conjunto e da relação dos elementos entre si. Estas são também formas usuais do trabalho técnico dos profissionais habilitados da área (arquitetos e engenheiros)

Finalmente.

Após apreciação o projeto segue o estabelecido nos Cânones ou são solicitadas correções ou esclarecimentos e passará depois para o Conselho Executivo Diocesano conforme a normativa eclesiástica.

VII.- COMEÇAM OS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO

A comunidade deve zelar para que a obra seja executada conforme o projeto discutido e aprovado. Por isso, antes do início das obras ou serviços, deve ser contratado o responsável técnico pela execução, arquiteto ou engenheiro, que se responsabilize por edificar conforme o autorizado pela Comissão de Arquitetura e o Conselho Diocesano, pelo Município e pelos demais órgãos que o requeiram. O técnico deve estar devidamente registrado no CREA-RS (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), mediante a emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), sendo dele exigida a colocação de placa no local dos trabalhos.

No local dos trabalhos deve estar bem protegida e disponível para qualquer inspeção, toda a documentação necessária ao andamento dos trabalhos, tais como licenças ou alvarás, projetos aprovados pelas diversas autoridades, memórias descritivas, ART do CREA-RS.

No campo dos profissionais, é importante saber que existe a AAI/RS (Associação de Arquitetos de Interiores/RS), entidade fundada em 1987 e pioneira no Brasil e sua missão é a de desenvolver atividades e estudos relativos ao aprimoramento técnico e profissional, oferecendo aos arquitetos informações que possam auxiliá-los, tanto na relação de trabalho com o cliente e com os fornecedores, como no desenvolvimento dos seus projetos. Nesse esforço ela periodicamente publica a “Guia de Orientação Profissional”, que proporciona subsídios sobre a legislação reguladora da atividade do arquiteto, as suas responsabilidades (profissionais, éticas, técnico-administrativas, civis, penais e trabalhistas), as tabelas de honorários profissionais mínimos, os custos do escritório de arquitetura, os contratos de prestação de serviços profissionais (proposta, minuta e modelos de contratos), os documentos para a entrega formal da obra (memorial descritivo, manual de uso do proprietário, manutenção e discriminação técnica).

No relativo aos modelos de contratos de prestação de serviços profissionais é conveniente lembrar: que os modelos são meramente sugestões e que a Paróquia/Missão, tomando como ponto de partida o modelo proposto, deve, em primeiro lugar ter muito claro o que ela quer fazer e depois,

trabalhando com um advogado de sua confiança, colocar isso numa minuta que serve para realizar o acordo definitivo que satisfaça a ambas as partes.

Para pôr-se em contato com AAI/RS: Av. Otávio Rocha, 22 – 8º. Andar –
Fone/Fax: (51) 3228.8519 / WWW.arquiteturadeinteriores.com.br, ou
WWW.aairs.com.br

A) MÃO DE OBRA

As possibilidades de utilização são:

- admissão de funcionário(s) para trabalhar na obra. Cuidar muitíssimo, tanto para os profissionais como os serventes toda a documentação necessária e em dia (Carteira de trabalho, livro de registro de empregados, etc.) e as contribuições para o INSS. Cuidar dos elementos de proteção individual dos trabalhadores a fim de evitar acidentes e salvar a responsabilidade da Paróquia/Missão.
- contratação de empresa(s) empreiteira(s) de mão de obra, de forma parcial ou total. No caso de empreitada parcial de mão de obra, a Paróquia faz uma retenção de 11% sobre o valor da mão de obra constante em cada nota-fiscal de serviços, emitida pela contratada para a obra, e mediante a GPS específica (Guia da Previdência Social) são pagos ao INSS até o dia dois do mês subsequente à emissão da nota fiscal de serviços por parte da empreiteira contratada. A Paróquia ou Missão é quem é responsável pela fiscalização mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas da empresa contratada em relação a seus funcionários.

ATENÇÃO: No caso de Contratação acima detalhado, a Paróquia ou Missão DEVE firmar contrato com a empreiteira com cláusula(s) que obrigue(m) à contratada a permitir a necessária fiscalização de registros, livros, pagamentos de salários, recolhimento de impostos, taxas e contribuições, sob pena de suspensão dos pagamentos e/ou multa pecuniária, até a eventual irregularidade ser corrigida. A minuta do contrato, para tranqüilidade da Paróquia e da Diocese deve ser analisada por um advogado da confiança de ambas, pois qualquer problema recairá

inexoravelmente sobre a Diocese, que é a última responsável por todos os aspectos da vida da igreja local. A Paróquia e a Diocese, como contratantes, respondem solidariamente com a contratada em questões fiscais e trabalhistas.

- Mutirão: é quando voluntários executam a totalidade dos trabalhos necessários à obra. Não existe mutirão parcial. Deve ser feito o registro de mutirão junto ao INSS, em formulário especial (CEI), com os dados pessoais de um declarante (responsável), e também com a qualificação de todos os voluntários envolvidos (nome, endereço, empresa onde trabalha, endereço da mesma, profissão e número da Carteira de Trabalho). O INSS protocoliza o registro e dá um número ao mesmo, que deve ser cuidadosamente guardado para posteriores procedimentos. Se deve comunicar todos os meses ao INSS, se existirem modificações na lista de voluntários (ingressos ou egressos). Os voluntários devem estar trabalhando em alguma empresa ou serem aposentados. Deve existir também um livro de registro de trabalho diário dos voluntários, com os nomes, números da carteira profissional ou de identidade, datas e horários de trabalho na obra e suas assinaturas. Esse livro deve estar sempre disponível para fiscalização do mutirão por parte do INSS e quando a obra terminar, para baixa da matrícula no CEI (Cadastro Especial do INSS). A Paróquia ou Missão é responsável pela guarda e custódia de toda a documentação relacionada com o mutirão.

SEMPRE, a fiscalização atenta da marcha dos trabalhos executados e dos aspectos legais vinculados ao emprego da mão de obra no local, tem resultados práticos bastante significativos, economia de tempos de labor e melhor uso dos recursos financeiros disponíveis.

B) MATERIAIS

Os materiais de construção devem respeitar as Normas Brasileiras de qualidade e segurança compatíveis com seu destino na edificação. Cabe ao técnico responsável a responsabilidade pelo emprego dos materiais na execução da obra.

Lembrar que o CREA/RS (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS) publica um “Catálogo Empresarial” de fornecedores especializados e de suas ofertas de Produtos e Serviços, a nível de cada Município no Estado. Para pôr-se em contato com o CREA/RS – Câmara Especializada de Arquitetura: fone (51) 3320 2247 e o e-mail: arquitetura@crea-rs.org.br

C) ORÇAMENTO

O responsável técnico contratado para o trabalho faz, partindo dos projetos aprovados e das memórias descritivas, o ORÇAMENTO DETALHADO de material, mão de obra e equipamentos a serem utilizados.

D) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

É a representação gráfica da previsão de execução do trabalho e indica os prazos de execução das diversas fases do trabalho e os custos de cada uma delas. É feito por profissional habilitado, de conformidade com os projetos e tomando em conta as possibilidades financeiras da comunidade.

E) MANUAL DE USO E MANUTENÇÃO

Quando terminam os trabalhos, o responsável técnico pela execução DEVE fornecer o MANUAL DE USO E MANUTENÇÃO, detalhando materiais e equipamentos utilizados na construção, os fornecedores com seus respectivos contatos (EM FUNÇÃO DAS GARANTIAS) e explicitando os cuidados a ser observados quando da utilização da edificação. Deve entregar também uma copia das memórias descritivas e dos projetos como executados (arquitetônicos e complementares).

VII.2 NO CASO DE TER QUE SUSPENDER AS OBRAS

Por falta de dinheiro ou outro motivo sério e importante, e após decisão dos responsáveis da Comunidade (Pároco e Junta), em conjunto com o resto do pessoal. Se aprovada, se comunica o fato ao Conselho Diocesano e o técnico responsável emite laudo técnico, acompanhado de ART, contemplando a causa da suspensão, o nível de execução da obra, o percentual de todo que em seu entender já está feito, descrevendo sucintamente o que estiver feito. O laudo deve identificar claramente de que obra se trata, com a denominação prevista, endereço, número da matrícula CEI junto ao INSS. De posse do laudo, o mesmo é apresentado ao INSS.

Quando se reiniciam as obras, faz-se comunicação formal ao Conselho Diocesano e o responsável técnico entrega uma comunicação à Paróquia que a apresenta imediatamente ao INSS.

VIII.- FIM DAS OBRAS

Relembra-se que no caso que tenha sido contratada uma empreiteira de mão de obra, cabe sempre à Paróquia ou Missão a fiscalização da folha de pagamento da empresa contratada e a verificação mensal de que os recolhimentos que lhe competem foram realizados: FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Concluídos os trabalhos, deve requerer-se a Carta de Habitação (habite-se) junto à Prefeitura Municipal, e com a mesma, pedir a baixa da obra junto ao INSS e poder obter assim a respectiva CND (Certidão Negativa de Débito).

Com a CND, procede-se à averbação da construção e/ou demolição junto ao Cartório de Registro de Imóveis, lembrando de solicitar duas vias atualizadas da matrícula do imóvel. Uma fica na Paróquia ou Missão e a outra é enviada à Diocese para seu devido arquivamento.

IX.- GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO

É DEVER da Paróquia ou Missão ter em seu arquivo uma pasta com uma via de cada documento relacionado com o que foi feito: projetos, memórias descritivas, licenças ou alvarás, contratos, matrícula CEI junto ao INSS, carta d habitação, certidões negativas de débito, matrícula junto ao Registro de Imóveis, livros de registro de mutirão e outros que sejam relevantes e possam ser necessários no futuro. É prudente que uma cópia de toda essa documentação seja enviada à Diocese para seu arquivo na Pasta que cada Paróquia/Missão possui no Arquivo Diocesano.

ANEXO I

DEPENDÊNCIAS ANCILARES DO TEMPLO

As dependências ancilares (ou de serviços, ou auxiliares) são pensadas normalmente em segundo ou terceiro lugar, mas elas são importantíssimas para a habitabilidade do espaço. Estamos nós referindo ao átrio, sacristia, sanitário(s), secretaria, depósito, fraldário.

1.- Átrio.- É o espaço destinado a marcar o “limes”(limite, divisa) entre o espaço exterior (“profanum”) e o interior (“fanum” ou “sacrum”) do templo. Para isso tem-se usado normalmente um paravento, que serve também para criar um espaço de acolhida, convivência e de partilha de notícias, colocação de avisos, e de defesa dos ruídos externos da rua e proteger também dos extremos de frio ou de calor ao longo do ano.

Normalmente apresenta um portal duplo frontal para entradas mais solenes (casamentos, recepção do bispo, etc.) e entradas laterais para o ingresso dos fieis para celebrações normais. O portal frontal duplo combina materiais sólidos, como madeira com materiais opacos mais que deixam passar a luz (vidro, acrílico ou similares), a efeitos de não escurecer de mais essa parte do templo. O portal, tem normalmente, uma parte fixa que é aproveitada para fixar cartazes de avisos, proclamas, etc. de interesse comunitário, e uma parte móbil, que são as duas portas propriamente ditas.

1.1.- Portas externas do templo - É preciso que as portas externas do templo recebam um tratamento diferenciado das demais, não somente porque elas são de certa forma o cartão visual de apresentação de templo e da comunidade, mas por acima de tudo, porque elas representam a Cristo, que é a porta de entrada para a Casa de Deus. Elas devem ser maiores, podem ter algum símbolo aplicado ou lavrado ou em alto relevo e puxadores mais nobres. Dadas as inclemências do tempo, é quase que necessário um elemento de proteção do sol e da chuva: “marquise” ou similar, em concreto, telhas francesas, policarbonato ou um outro material.

1.2.- Lugar para os avisos e Cartazes - Os cartazes, avisos, notícias, etc. formam parte da vida da comunidade eclesial local e devem ter um lugar determinado para sua exposição. O lugar deles não é a nave nem o presbitério, pois distraem a atenção das pessoas presentes na celebração e prejudicam o andamento da mesma. O melhor lugar para eles é o átrio, nas paredes do mesmo ou em lugares próprios no paravento que limita o mesmo.

2.- Sacristia(s).

O “Manual do Pároco” (‘The Parson’s Handbook’) inglês, impresso na década do 50 do século XX, nos fala sobre dispor de duas ou três sacristias (“vestries”): a) a sacristia dos sacerdotes e ministros (sacristia propriamente dita) e onde estão também os armários com suas vestes para as celebrações de todo tipo, toalhas de altar e vasos sagrados; b) a sacristia para os coralistas, onde estão as vestes deles e todo o material de música (partituras, instrumentos e lugar para ensaios e para a aquecer as vozes antes das cerimônias; c) a sacristia da Junta, ou lugar de reuniões, e onde estão armários com materiais de uso não freqüente, tábuas de passar, vasos de flores, castiçais extras, caixas fortes com documentações e material especial que por seu valor precise de ficar sob segurança em um cofre forte. Na sacristia dos coralistas ou na sacristia da Junta, se realizariam também as reuniões de grupos paroquiais, como da UMEAB, dos Jovens ou das Escolas Dominicais ou

Sabatinas. Na sacristia presbiteral recomenda-se que seja construído um sanitário, e um outro na outra sacristia dos coralistas.

Outro livro anglicano sobre o tema é: “The good housekeeping in the Church”, também de mediados dos anos '50, editado em USA., e também propõe duas sacristias no templo.

Em nossa realidade: as paróquias da Ascensão, do Redentor e a Catedral da Santíssima Trindade, em Porto Alegre, seguem essa proposta arquitetônica.

Manuais mais recentes continuam falando de pelo menos duas sacristias, uma geral, onde se guardam vestes, materiais, e que possa também ser um lugar para reuniões da Junta Paroquial ou Conselho de Missão, ou dos grupos atuantes na Paróquia, com um sanitário, e uma outra, junto à entrada do templo, onde os celebrantes se paramentam, também com um sanitário, e desde onde eles entram processionalmente na nave, no começo das celebrações. Uma sacristia nesse lugar solucionaria também (ainda que parcialmente) o problema de sanitários para uso dos presentes na celebração, lembrando em especial a crianças e idosos. Lembrar de fazer adaptações para portadores de necessidades especiais. O “Manual do Pároco” sugere que umas dimensões boas para sacristia seriam de 4 X 4 ms., ou seja, 16 ms. de espaço útil, sem contar o destinado a sanitário. Em caso de não ser possível ter dois sanitários, deve existir pelo menos UM (obrigação legal) e um lavatório.

O importante a lembrar é que: SACRISTIA FORMA PARTE DO TEMPLO, que não pode ser do tamanho de um corredor, e que nela deve existir a mesma ordem e higiene que existe na nave ou no presbitério do templo.

3.- Sanitários

O Código de Edificações de Porto Alegre (LC 284 de 27/10/92, em vigência), na Seção IX, art. 147, estabelece textualmente:

“As edificações destinadas a templos, além das disposições da Seção I deste Capítulo, deverão:

I – ter vãos que permitam ventilação atendendo o prescrito no título X, capítulo I;

II - ter instalações sanitárias para uso público, separada por sexo, com fácil acesso, composta de vaso e lavatório.”

O texto estabelece que seja “no templo”, num sentido amplo do termo; portanto, sacristias, secretarias, ou lugar especial, mas não pode ser num salão paroquial se o mesmo fica separado do templo. Criatividade, bom senso, e vontade de facilitar o uso pelas pessoas, lembrando em especial a crianças, idosos e portadores de necessidades especiais ajudarão, em conjunto com um profissional, a encontrar soluções adequadas para cada caso.

Lembrar de isolar convenientemente o sanitário da sacristia junto ao presbitério para evitar ruídos que perturbem a celebração.

Em outros municípios deverá ser feita a consulta sobre legislações espécies sobre este tema, e o profissional responsável será de grande ajuda nesse aspecto.

3.1.- Fraldário.- Na sacristia ou num dos sanitários, naquelas comunidades onde houverem crianças de colo, seria de grande ajuda para as mães (ou pais) que houvessem facilidades para a troca de fraldas de seus filhos. Uma mesa, fixa ou rebatível (como nos aviões) poderia muito bem cumprir essa missão.

4.- Secretaria.- Um bom lugar é na entrada do templo, já que em caso de templo aberto permite não só receber às pessoas, mas também manter uma discreta vigilância sobre o local. Boas dimensões oscilariam entre 9 a 16 metros quadrados, e deveriam permitir a colocação de um armário, escritório, cadeiras em numero suficiente para permitir até uma reunião da Junta e lugar para arquivos metálicos. Um sanitário é indispensável. Boa iluminação e ventilação, e fácil e direta comunicação com o templo, com portas com janelas (fixas ou de abrir) que permitam visualizar a nave.

ANEXO II- OUTRAS QUESTÕES NA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO TEMPLO

Paisagismo.-

Um cuidado do mesmo ajuda a valorizar o projeto arquitetônico, além de que já muitas legislações municipais tem disposições sobre o tema que é preciso conhecer e respeitar. Por isso, devem ser previstos: caminhos, jardins, muros, gradis, e sobre tudo, pensar no estacionamento de veículos. Prever um espaço para carros ajuda até a ter uma boa presença de pessoas nas celebrações.

O uso de grama, arbustos ou árvores, além da parte estética e de ser um testemunho de preservação do “verde”, ajudam a absorver a água da chuva, e também no que se a ver com a acústica e o conforto térmico.

Lembrar que há distâncias mínimas para plantar árvores e arbustos em relação a muros e edificações, e que há que ter cuidado com o tipo de árvore a ser plantada, pois raízes e copas podem, com o tempo, causar sérios problemas aos edifícios próximos. O arquiteto paisagista é o profissional especializado no tema.

Conforto Térmico.-

Isso significa preverá circulação de ar natural, outros elementos para permitir uma adequada circulação de ar em todos os ambientes. O estudo da insolação é também muito importante para evitar excessos posteriores de frio ou calor. Um estudo dos diferentes tipos de coberturas: telhas de barro, telhas com isolamento termo-acustico é sempre necessário. As de fibro-cimento, sem adequados isolamentos, terminam causando problemas de frio e calor excessivos com o conseqüente desconforto térmico. Por isso haverá que prever saídas para o ar quente, uso de forros isolantes e elevação das coberturas, mas o conselho do profissional responsável é de fundamental importância.

Deve ter-se muito cuidado com não exagerar no uso do vidro, pois o mesmo é bom condutor das temperaturas, o que significa que no verão pode converter o templo numa estufa e no inverno numa geladeira.

Iluminação.-

O uso adequada da luz é um elemento fundamental no desenvolvimento da liturgia. Cada ambiente e cada celebração precisam de um tipo e de uma intensidade especial de iluminação.

O altar e o ambão precisam de iluminação direta. Outros espaços, quiçá nem tanto, mas dispositivos reguladores da intensidade da luz podem ser úteis. Bons resultados podem ser alcançados com o uso da iluminação indireta. A adaptação da iluminação artificial ao novo tipo de lâmpada “econômica”, passando das lâmpadas de filamento para as fluorescentes, significa também um cuidado no tipo de luz que se quer, pois as vezes pode haver distorções produzidas pelo cor da luz (mais amarelada, ou mais branca, etc.)

Porém, como em geral, nossas celebrações são diurnas, é importantíssimo o aproveitamento da LUZ NATURAL. O técnico responsável, explicando à comunidade as possibilidades, será de grande ajuda na escolha dos materiais.

a) Ornamentação do Templo.-

Alguns princípios básicos são de muita importância e teriam que ser cuidados sempre pelas pessoas que integram o Sodalício do Altar.

- **Nobreza e Simplicidade** dos materiais a serem usados, antes que a pomposidade ou luxo.
- **Autenticidade** dos elementos (evitar plásticos e flores artificiais, ou materiais sintéticos). Nosso Deus criou todas as coisas. No autêntico (verdadeiro) está a Beleza, que é um atributo de Deus.

- **Não exagerar na decoração.** Ambientes com muita decoração dispersam a atenção dos presentes e esvaziam o bom andamento da ação litúrgica.

A ornamentação é parte integrante do espaço litúrgico, e deve estar incluída no projeto arquitetônico, lembrando ter um especial cuidado com as folhagens, flores e plantas. Os arranjos devem ser discretos. Outro cuidado a ter é o da simplicidade nas toalhas de altar ou do ambão, evitando excessos, especialmente no uso de rendas e similares.

ANEXO III – ALGUNS CUIDADOS EM AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS

Quando a Comunidade decide adquirir um imóvel deve proceder com prudência e procurar a assessoria de profissionais devidamente qualificados, a fim de evitar surpresas desagradáveis, devido a propagandas enganosas, indisponibilidades, já seja por ordens judiciais ou por vontade do proprietário, que por vezes, já é falecido. O aconselhamento profissional inclui muito especialmente obter uma correta avaliação do imóvel, e para isso a figura do corretor é necessária, pois ele é, por lei, o coresponsável pelo negócio até sua conclusão. A comunidade, através dos Guardiões e/ou do Guardião do Patrimônio, deve conferir junto ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI) se o corretor consultado está registrado nele. Em caso de irregularidade, o comprador poderá realizar a denúncia no CRECI, órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional, ou junto ao Sindicato dos Corretores (SECOVI)

Que se deve exigir do vendedor, seja ele pessoa física ou jurídica?

<u>Certidões negativas</u>	<u>Onde buscar</u>
Civil, Fiscal, Criminal	Justiça Federal
Civil, Criminal	Justiça Federal
Fazenda pública	Justiça Estadual
Débitos Tributos com a União	Receita Federal
Débitos Tributos com o Estado	Receita Estadual
Títulos Protestados	Cartórios de Protestos
Ações Trabalhistas	Justiça do Trabalho
Débitos Tributos com Município	Prefeitura
Débitos Previdenciários (apenas pessoa jurídica)	INSS

Documentos do Imóvel

Certidões Negativas	Cartório
Ônus reais e reipersecutórias*	Cartório
IPTU	Prefeitura
Condomínio	
Se casa ou terreno – negativa do DMAE	

* Os débitos de Condomínios, IPTU, são dívidas que acompanham o imóvel e transmitindo-se ao novo proprietário.

PARA ENCERRAR

Este material foi pensado como um primeiro passo (confiamos, de uma longa caminhada daqui por diante) de estudo e reflexão sobre Arquitetura e Teologia do Espaço Sagrado no âmbito da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E coube à Diocese Meridional ser pioneira nesse agir. Para os cristãos o templo é um lugar de Encontro e Diálogo com a expressão do Mistério do Sagrado em Cristo Jesus. É um lugar de experiências de vida e onde todo nosso ser participa da mesma.

A arquitetura eclesial é pois, o instrumento que o ser humano achou para fazer tangível essa Presença, mediante o uso adequado das formas, cores, luz, ar e o espaço em si mesmo. Grande trabalho e imensa responsabilidade!

Só resta agradecer o apoio do Bispo Diocesano, dom Orlando Oliveira e de todos os membros das Comissões de Liturgia e Música e de Arquitetura e Arte Sacra .

Agradecemos, também, os arquitetos Dr. Paulo Martins e Maria Inês Lunardini por seus comentários técnicos e ao Sr Daniel Rangel pela formatação do presente trabalho.

Uma ultima ressalva é a de falar sobre a transitoriedade de partes deste artigo, especialmente aquelas vinculadas à área jurídica, que é sumamente dinâmica e que faz ficar obsoletas, com rapidez, exigências ou normativas sobre determinados aspetos. Por isso, sempre será de bom senso e prudência atualizar-se nesse campo, requerendo o auxílio de profissionais na matéria.

Porto Alegre, 18 de Janeiro de 2010.-

Revdo. Pe. Enrique Illarze, oasb.

BIBLIOGRAFIAS UTILIZADAS E REFERENCIAIS

Legislação e Informações úteis

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Código de Edificações-Porto Alegre*. Corag – Porto Alegre, 2008.

CREA/RS – *Catálogo Empresarial*. Edit. Brasileira de Guias Especiais. Porto Alegre, 2009.

AAI/RS. *Guia de Orientação Profissional*. Eds. UniRitter/AAI-RS. Porto Alegre.2005

IEAB – Diocese Meridional - *Cânones Diocesanos* – Porto Alegre. 2008

Anglicanos especializados (em inglês)

BOND, Francis. *Woods Carvings in English Churches. Stalls and Tabernacle, Bishops' Thrones and Chancel Chairs*. Oxford University Press, London,1910

COPE, Gilbert. *Symbolism in the Bible and the Church*. SCM, London. 1959

COX, J. Charles and HARVEY, Alfred. *English Church Furniture*. E. P. Dutton and Co. New York. 1969.

DAVIES, J. G. *The Architectural setting of Baptism*. Barrie and Rocklife, London, 1962.

DEARMER, Percy. *The Parson's Handbook*. Oxford University Press. London, 1957.

DIXON Jr., John W. *Art and the Theological Imagination*. The Seabury Press, N. Y., 1978.

FERGUSON, George. *Signs and Symbols in Christian Art*. Oxford University Press. England. 1959.

HAMMOND, Peter (Editor). *Towards a Church Architecture*. Staples Printers Ltd. Great Britain. 1962.

----- *Liturgy and Architecture*. Barrie and Rockliff. London. 1960

HOWARD, F. E. and CROSSLEY, F. H. *English Church Woodwork*. B. T. Batiford Ltd. London, 1933.

MORRISON, Catharina – WRIGHT, Isabel. *Good Housekeeping in the Church*. Morehouse-Gorham Co. New York, 1951

REYNTIENS, Patrick. *The Technique of Stained Glass*. B. T. Batiford Ltd. London. 1967.

TYRRELL- GREEN, E. *Parish Church Architecture*. SPCK, Great Britain, 1924.

VISSER 'T HOOFT, W. A. *Rembrandt and the Gospel*. SCM Press Ltd. London. 1957.

De outras denominações.

a) em português

CAMPIGLIA, G. Oscar Oswaldo. *Igrejas do Brasil*. Edit. Melhoramento. SP. s/d.

IGREJA CATÓLICA-ROMANA. *Guia de Informações para Projeto e Execução de Igrejas*. Gráfica Padre Réus. Porto Alegre. 2005.

KOCH, Wilfried. *Dicionário dos Estilos Arquitetônicos*. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

LEROY, Alfred. *Nascimento da Arte Cristã, do início ao ano mil*. Flamboyant. SP. 1960

MACHADO, Regina Celi de Albuquerque. *O local da Celebração. Arquitetura e Liturgia*. Paulinas. São Paulo, 2008.

----- . *O espaço da celebração: mesa, ambão e outras peças*. Paulinas. SP. 2001

OCHSE, Madeleine. *Uma arte sacra para nosso tempo*. Flamboyant. SP. 1960.

PASTRO, Cláudio. *O Deus da Beleza*. Paulinas, São Paulo, 2008.

----- . *Guia do Espaço Sagrado*. Loyola. São Paulo, 2001.

POSENATO, Júlio. *O Simbolismo na Arquitetura dos Espaços de Celebração*. Ed. Posenato, Arte & Cultura. Porto Alegre, 2007.

PULS, Maurício. *Arquitetura e Filosofia*. Annablume.SP. 2006.

RICHTER, Klemens. *Espaços de igrejas e imagem de Igreja*. Gráfica de Coimbra. Coimbra, Portugal, 2005.

WHITE, James. *Introdução ao Culto Cristão*. Sinodal. São Leopoldo.1997.

b) em outras línguas

ALDAZÁBAL, José. *Gestos y Símbolos*. Centre de Pastoral Litúrgica. Barcelona.2003.

BOUYER, Louis. *Architettura e Liturgia*. Ed. Qiqajon. Comunitá di Bose. Magnano, Itália. 1994.

COULTON, G. G. *Medieval Faith and Symbolism*.Part I and II. Harper and Bros. Publs. NY. 1958

CROSBIE, Michael J. *Houses of God. Religious Architecture for a New Millenium*. The Images Publ. Group Pty. Ltd. Austrália, 2006.

DE SANCTIS, Michael E. *Building from Belief*. The Liturgical Press. Collegeville, Minnesota, 2002.

FILTHAUT, Theodor. *Church Architecture and Liturgical Reform*. Helicon Press, Baltimore, Maryland. 1966.

GATTI, Vincenzo. *Liturgia e Arte*. Centro Editoriale Dehoniano. Bologna, Itália.2005.

GUTMANN, Joseph. *The Temple of Salomon*. Scholars Press. Missoula. Montana, 1976.

- HEATHCOTE, Edwin – MOFFATT, Laura. *Contemporary Church Architecture*. John Wiley & Sons, Ltd. England. 2007.
- LEEUEW, Gerardus van der. *Sacred and Profane Beauty. The Holy in Art.* (prefaced by M. Eliade). Holt, Rinehart and Winston, Inc. USA. 1963.
- LOWRIE, Walter. *Art in the Early Church*. Pantheon Books Inc. N.Y. 1947.
- MÂLE, Emile. *The Gothic Image. Religious Art in France of the 13th. Century.* Harper and Bros. Publ. N. Y. 1958.
- . *Religious Art, from 12th. to 18th. century.* The Noonday Press. N. Y. 1959.
- MILLS, Edward D. *The Modern Church*. The Architectural Press. London. 1957.
- MOREY, Charles Rufus. *Early Christian Art (from 1st. to 8th. century)* Princeton University Press. Princeton. N. J. 1953.
- PANOFSKY, Erwin. *Gothic Architecture and Scholasticism*. Meridian Books. N.Y. 1959.
- RICHARDSON, Phyllis. *New Spiritual Architecture*. Abbeville Press Publ. New York. 2004.
- RORIMER, James J. *The Cloisters*. The Metropolitan Museum of Art. N.Y. 1951.
- SCHWARZ, Rudolf. *Costruire la Chiesa*. Ed. Morcelliana. Brescia, Itália, 1999.
- SOVIK, E. *Architecture for Worship*. Augsburg Publ. House. Minneapolis, Minn. 1973.
- TORGERSON, Mark A. *An Architecture of Immanence*. Wm. B. Eerdmans Publ. Co., USA, 2007.
- WHITE, James – WHITE, Susan. *Church Architecture*. OSL Publications, Akron, Ohio, USA. 2004.
- WHITLOCK ROSE, Elise. *Cathedrals and Cloisters* (vols. I and II). G. P. Putnam's Sons. N.Y. and London. 1906

REVISTAS ESPECIALIZADAS EM PORTUGUÊS

ICAR – PIAS DISCIPULAS DO DIVINO MESTRE. *Revista de Liturgia*. São Paulo. Números: 40/1980; 48/1981; 72/1985; 75/1986; 196/2006; 201/2007; 203/2007; 205/2008; 212-213-214-215-216/2009; 217/2010.

IECLB - ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA. *TEAR – Liturgia em Revista*. Centro de Recursos Litúrgicos. São Leopoldo. Números: 6/2001;11/2003;14-15/2004; 27/2008.